

AS SOCIEDADES DE CONTROLE

Warley Alves Silva
Psicólogo

Certamente todos nós, ainda que de forma sutil, já fomos alvos dos olhos eletrônicos da sociedade moderna. Por toda parte somos flagrados por um olho indiscreto que nos acompanha nas compras, nas ruas, nos elevadores e até mesmo nos momentos de maior privacidade. Sob o argumento da segurança, lá estão elas: as câmeras, os aparelhos de raio-X, os detetores de metal, registrando tudo que se situa dentro de seu campo escópico.

Além dos instrumentos de segurança, os programas de televisão, cada vez mais se interessam pelos flagrantes e filmam tudo. Como se em todo lugar e a qualquer momento, um anônimo na multidão estivesse sempre prestes a cometer um ato bizarro. E já nem importa mais se é uma barbárie, um gesto de carinho ou apenas uma idiotice. Há um interesse pelo segredo, pela intimidade, que ganha respaldo no desejo do espectador, uma vez que, esse tipo de “vigilância-espetáculo” atinge bons índices de audiência.

Na imprensa, o jornalismo de investigação mostra em tempo real o que acontece. Há casos em que os repórteres chegam antes mesmo da polícia ou das equipes de resgate. Exemplo disso, é que, assistindo a um desses programas jornalísticos, o helicóptero que fazia a cobertura da cidade registrava um acidente e acompanhava, não só a tragédia, como também o deslocamento da unidade de resgate. Não satisfeito, o apresentador de estúdio disse: “não seria melhor transportar a vítima de helicóptero?”

Por um instante, pensei que a equipe de reportagem deixaria seu trabalho para atender ao acidentado. Mas não era bem isso. Eles estavam sugerindo que o grupamento aéreo participasse da ocorrência. Para o meu espanto e sorte da vítima, a sugestão do repórter foi prontamente acatada. E em poucos instantes, lá estavam eles: o helicóptero e os espectadores de todo Brasil, garantindo o resgate e a audiência do programa.

É importante registrar que assisti a essa reportagem acompanhado de um amigo, o qual foi requisitado em outro cômodo da casa, e diante do chamado, argumentou: -“Espera aí! Eu só quero ver se o helicóptero vai vir ou não. Será que eles vão ter a coragem de negar o pedido do programa?...”

Parece-me que, ao menos para esse espectador, pouco importava o estado da vítima. O que estava em jogo era uma disputa de poder. O repórter de estúdio faz uma sugestão tomando por base, talvez, o trânsito; e imediatamente gera no ouvinte, uma expectativa de saber se os responsáveis terão coragem de recusar um apelo feito em cadeia nacional.

Neste sentido, fica uma pergunta: será que uma sugestão dada diante das câmeras tem só o status de sugestão?... Nem vale a pena investigar! O máximo que conseguiríamos seriam versões e conjecturas. Não há uma verdade a ser apurada. A pergunta é apenas um convite à subjetividade.

Michel Foucault, filósofo francês que muito influenciou o pensamento moderno, registra em suas obras um excelente trabalho de investigação a respeito do poder e dá uma fantástica contribuição à saúde mental, à medida que se dedica a fazer um percurso pela loucura, pela sexualidade, pelas prisões, lançando um olhar sobre o cotidiano.

A respeito da vigilância, o filósofo escreve uma obra cujo título é: “Vigiar e Punir”, dedicando um capítulo inteiro ao “Panoptismo”.

A palavra “Panoptismo” é uma derivação de “Panóptico” que do grego, é composta por “Pan” que quer dizer: tudo, todo e “ops” ou “opos” que quer dizer vista, olho. Daí os termos óptico, ótico. A partir disso, Panóptico é um olho que vê tudo.

Este nome foi utilizado para designar uma construção arquitetônica, idealizada por Jeremy Bentham (um jurista britânico do século XIX) para ser uma prisão modelo onde haveria:

Na periferia, uma construção em anel; no centro uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sob a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado alado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (Foucault, 1977: p. 177)

Felizmente, tal construção não saiu do papel, porém, se não existe um prédio com tais características, o princípio foi mantido.

As máquinas de vigiar da modernidade, atendem às demandas de segurança e controle, mediante uma despersonalização do poder, o que deriva da idéia de Bentham descrita por Foucault.

A função de vigiar é transferida da pessoa de um vigilante, para uma idéia de vigilância, transpondo a barreira física para se constituir como um amplificador dos aparelhos de poder, agindo no imaginário de forma tal que antecede ao ato desviante.

Esses mecanismos de poder e mecanismos disciplinares são responsáveis por um tipo de controle que se pode exercer, ainda que não haja uma fiscalização efetiva. Na idéia de Bentham, o objetivo é que os prisioneiros se sentissem vigiados, mesmo sem vigia algum.

Em relação a isso Foucault nos diz:

O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver – ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto. (Foucault, 1977: p. 178)

Sendo assim, a sociedade moderna abre a possibilidade de subversão da vigilância. Aqueles que em outros tempos tinham o poder e a função de vigiar hoje são também vigiados, tanto quanto os transgressores.

Essa é uma idéia que se encaixa muito bem na atividade policial-militar. Basta estar atento para como a atividade e o policial são alvos da pulsão escópica da sociedade e da imprensa.

Particularmente, não gostaria de estar na pele do responsável pelo deslocamento daquela aeronave, principalmente se depois de uma avaliação mais cuidadosa, se chegasse à conclusão de que o deslocamento era desnecessário. Por outro lado, seria difícil também recusar o apelo do jornalista. Isso certamente renderia algumas entrevistas e pedidos de explicação no quartel e na imprensa. O que parece ser uma decisão corriqueira, por pressão de tempo e da opinião pública, torna-se uma decisão difícil e solitária.

Só haverá um responsável. Nesse momento é como se estivesse no anel periférico do panóptico, onde se é totalmente visto sem nunca ver.

Situações como essa se repetem o tempo todo, imagens interpelam a todo instante a ação dos policiais que se destacam e atraem olhares até em situações banais.

A farda é mais que um traje, é um significante ao qual são atribuídos significados de violência, medo, segurança, cooperação etc. Expressões como: “Irmão de Farda”, “A Farda é pesada”, “Só porque usa essa farda acha que é melhor que a gente”. E outras tantas, marcam e distinguem os policiais na multidão. Sua atividade desperta a curiosidade de muita gente, que fica atenta tanto ao crime, quanto à atuação do policial, podendo este chegar a uma ocorrência como herói e sair como criminoso. Isso sem contar as manipulações perversas a que se expõem.

Brigas, tumultos, ocorrências de trânsito, manifestações violentas são objetos de escândalo e da atuação da polícia. E naturalmente são noticiadas. As câmeras que buscam flagrantes não fazem distinção de atores. Interessa apenas a cena, independente de quem a representa ou do papel que faça.

Além do assédio da imprensa e da opinião pública, a atividade policial-militar é também submetida ao Código de Ética da Polícia Militar e à hierarquia da Instituição, que aliados, fazem incidir sobre o policial um mecanismo coercitivo de dar inveja ao próprio panóptico.

Examinando a questão do controle, Arlindo Machado coloca que:

O panóptico atinge seu ponto máximo de eficiência, na medida mesmo que se reduz a uma fórmula inteiramente abstrata, quase uma equação matemática, na medida ainda que, livre da falibilidade humana, põe-se a constranger os homens com a lógica implacável de seu mecanismo técnico. (Machado, A.1993: p. 225)

Curioso é que essa pressão peculiar à atividade policial e a várias outras atividades passa despercebida, pelo menos para a consciência, mas, em algum lugar, deixa suas marcas.

O controle é um mecanismo invisível, e exatamente por isso faz com que aqueles que sofrem seus efeitos de forma mais intensa se sintam diminuídos diante do grupo, como se fosse um caso bastante particular. Porém, essa particularidade não se confirma, uma vez que o sofrimento mental no trabalho atinge uma parcela significativa da população.

O constrangimento gerado no policial certamente tem um destino, que não se sabe qual é. Mas acredito que haja um lugar onde se coloca essa suposta angústia, essa suposta tensão provocada pela oposição entre o desejo e a obediência.

Assim, é impossível se calcular os efeitos e o alcance desses mecanismos, sobretudo se levarmos em consideração a objetividade das instituições modernas. Não existem números para esse constrangimento.

O único instrumento capaz de dar notícias deste tipo de controle é uma escuta dos sintomas apresentados pelos policiais, e o registro desse discurso não tem, e nem pretende ter, o estatuto de verdade, a não ser da verdade do sujeito. Sujeito ao constrangimento.

Qual o lugar desse homem e dessa mulher que trabalham para garantir a tranquilidade na sociedade?

Pensando a respeito da saúde mental na instituição PMMG, deparo-me com algumas questões do tipo: Qual o espaço do fracasso na atividade Policial-Militar? Qual o percurso possível para um saber desse fracasso?

Confesso que são enigmas para os quais não tenho resposta. Mas creio que seja possível fazer alguma relação entre a exposição excessiva e o estresse, a rigidez de conduta, comportamentos explosivos e o adoecimento mental dos servidores da corporação. Talvez, quem sabe, estabelecer uma epistemologia dos indicadores epidemiológicos em saúde mental. Porém, são apenas hipóteses.

O fato é que a polícia está em foco. E a imagem que se capta na mídia ou através das transgressões disciplinares demandam um olhar, uma interpretação, capaz de dar um sentido ao que é visto, de pôr uma barra a essa produção de um imaginário vigiado; de forma que o ato seja destituído da função de palavra na mediação do impasse, entre o desejo do Policial e a necessidade de obediência. E que essa palavra, acolhida por uma escuta, viabilize uma produção menos violenta; construindo novas possibilidades, instituindo um novo saber e preservando vidas, haja vista que casos de auto extermínio e auto-agressão ocorrem nas polícias militares de todo Brasil.

Em psicanálise, a noção de ato se dá por aquilo que se forma na queda de um significante. Diante de um ato como o auto-extermínio, o que cai é um corpo, vitimado por um imaginário impotente diante de um impasse silencioso.

Em *Antígona*, tragédia grega escrita por Sófocles aproximadamente 496 a 406 a.C., um guarda, encarregado de levar a Creonte (novo rei de Tebas) a notícia de um acontecimento contrário as suas determinações se vê em situação difícil. Mal interpretado pelo rei, se coloca:

GUARDA - Para homens humildes como eu, chega o momento em que todo gesto é um gesto errado. Que faço agora? Falo, calo, vou ou fico? (Sófocles apr. 496 a 406 A.C.: p. 17)

As palavras são de Sófocles, poeta trágico da Grécia antiga, o guarda é uma personagem e a obra, uma ficção. Só o impasse é real e muitas vezes vivido cotidianamente por policias militares.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir* (1975). Petrópolis: Vozes 1983. p. 177.

MACHADO, A., *Máquinas e Imaginário*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 225.

NASIO, J.D., *Psicossomática – As Formações do Objeto A*. RS: Jorge Zahar, 1992.

REVISTA de Psicologia, Saúde Mental e Segurança Pública. B.Hte: PMMG, CEP, nº 1. jan./dez. 1997. edição especial.

REVISTA de Psicologia Saúde Mental e Segurança Pública. B.Hte: PMMG, CEP, nº 1. jan./dez. 1999.

SOFOCLES, *Antígona*. Tradução de Millor Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura) p. 17. Teatro grego (tragédia).